

1 Aos 12 dias do mês de setembro de 2018, às 14h24m, reuniram-se os membros da Câmara  
2 Técnica Consultiva (CTC) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (CBHVG) e  
3 alguns convidados, na sede do Comitê, situado na Praça Lindolfo Laughton, nº 1.373, Bairro  
4 Alto São João, Montes Claros – Minas Gerais, dentro do parque de exposição João Alencar  
5 Athayde, Prédio do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA). **Participaram os seguintes**  
6 **representantes titulares:** A Coordenadora da CTC, Maria Socorro M. Almeida Carvalho  
7 (DNOCS); Dirceu Colares A. Moreira – PRESIDENTE CBH VERDE GRANDE; Flávio Gonçalves –  
8 SINDICATO RURAL DE MONTES CLAROS; Renan Laughton Milo - UNIMONTES; Laila  
9 Tupinambá Mota - FIEMG; João Damásio Frota Machado Pinto – FAZENDA AGUAPÉ; Ricardo  
10 Carreiro Neto – DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO GURUTUBA – DIG; Flávio Leão  
11 Coelho – INSTITUTO EDUCACIONAL SANTO AGOSTINHO; Horácio Cristo Barbosa –  
12 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA MICRORREGIÃO DA  
13 SERRA GERAL MINAS (UNIÃO DA SERRA GERAL); Wesley Mota França – IGAM; Paulo Bina  
14 Fonyat de Lima – FAZENDA RIO VERDE; Glauber Vieira de Oliveira – INEMA/BA; Rômulo  
15 Labate – SOCIEDADE RURAL; João Batista Ribeiro da Silva Reis – EPAMIG; José Valter Alves –  
16 ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE URANDI (AMPA). **Participação como**  
17 **suplente:** Antônio Carlos Câmara Júnior – COPASA. **Justificaram ausência:** Rafael Macedo  
18 Chaves – IBAMA; Edson de Oliveira Vieira – INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS (ICA/UFMG);  
19 Mônica Maria Ladeia – COPASA, Domenico Morano Junior Getúlio - CODEVASF. **Participaram**  
20 **também:** Tânia Regina Dias da Silva – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA); Jaqueline E.  
21 Fonseca – AGÊNCIA PEIXE VIVO (AGPV); Jannyne Amorim – AGÊNCIA PEIXE VIVO (AGPV);  
22 Guilherme Henrique S. Silva – PREFEITURA DE JAIBA e como representantes da ONG AMIGOS  
23 DO RIO VERDE, César Silva (vereador/Jaíba), José Marcos Lopes e Elson Carlos Chaves Silva.  
24 A Coordenadora da CTC, Maria Socorro Mendes (DNOCS) faz a abertura da reunião passando  
25 a palavra, em seguida, para Dirceu Colares (Presidente/CBHVG) que agradece a presença de  
26 todos e solicita que cada um dos participantes se apresente. Posteriormente fala sobre a estrutura  
27 montada para o funcionamento do comitê pela AGPV; em seguida pede a todos que em havendo  
28 necessidade de informações e/ou questionamentos os façam diretamente ao Comitê (CBHVG) e não  
29 diretamente à AGPV ou à ANA, o que evitará decisões e/ou informações truncadas e desencontradas.  
30 Retomando a palavra a Coordenadora Maria Socorro Mendes (DNOCS) questiona se alguém tem  
31 alguma contribuição a fazer referente a ATA da reunião anterior; em resposta Tânia Dias (ANA), faz  
32 considerações sobre a importância de que textos de ATAS sejam claros e de fácil entendimento do  
33 conteúdo exposto, ao tempo em que solicita adequação no que estava sendo apreciado; no mesmo  
34 sentido, na sequência, manifesta João Damásio Machado Pinto. Retomando a palavra Tânia Dias  
35 (ANA) fala sobre o termo de referência (TDR) que prevê a realização de duas oficinas; na sequência  
36 Maria Socorro Mendes questiona se o TDR será resultante das duas oficinas, quando então o Sr. João  
37 Damásio Machado Pinto responde que é resultante do MOP (Manual de Operações); Maria Socorro  
38 questiona ainda sobre quem fez o TDR sendo respondida por Jaqueline E. Fonseca (AGPV) e Tânia  
39 Dias (ANA); esta explica também que o termo de referência é um documento inicial necessário à  
40 contratação, por meio de licitação, de empresa que irá elaborar o MOP e atualizar o plano de bacia;  
41 reforça que a partir das duas oficinas previstas no termo de referência (TDR), serão elencadas as  
42 ações prioritizadas no plano de bacia, cuja implementação estará diretamente relacionada com a  
43 utilização da ferramenta (do) MOP; Jaqueline Fonseca (AGPV) esclarece que toda contratação por

ATA DA REUNIÃO DA CAMARA TECNICA CONSULTIVA - CTC  
12 DE SETEMBRO DE 2018 - Montes Claros/MG

44 meio da Agência Peixe Vivo obrigatoriamente tem que ter um ato convocatório e que o TDR define  
45 todo o escopo do projeto que vai ser contratado e que por isso este, se faz anexo do ato convocatório  
46 para contratação do MOP; Tânia Dias (ANA) reitera a importância de que o conteúdo da ATA seja  
47 claro e de fácil entendimento; corroborando essa contribuição Jaqueline Fonseca (AGPV) informa  
48 que o Rafael Macedo Chaves (IBAMA) fez uma sugestão na reunião anterior quanto a EMISSÃO DE  
49 OUTORGA de empreendimentos de GRANDE PORTE que, inicialmente, não havia sido registrada na  
50 ATA o que motivou questionamento e solicitação do Rafael, via e-mail, para o registro na ATA  
51 respectiva, quando então sugeriu que esse tema fosse discutido na próxima reunião da CTC, que é  
52 esta; sobre o assunto Jaqueline Fonseca (AGPV) fez breve resumo sobre a participação de  
53 comitês, da parte mineira da bacia, na emissão de outorgas para empreendimentos de  
54 grande porte; Antônio C. Câmara (COPASA) solicitou que fosse incluído na ATA referência à  
55 lei estadual nº 13.199/99; João Damásio Frota Machado Pinto cobra uma participação mais ativa  
56 do governo do estado através do IGAM nos processos de emissão de outorgas, oportunidade em que  
57 questiona o papel da Agência Peixe Vivo em relação às mesmas; Jaqueline E. Fonseca (AGPV), em  
58 resposta, informa que as outorgas são de competência do comitê e que o papel da Agência Peixe  
59 Vivo é de assessoramento técnico por esse motivo nas reuniões do comitê onde serão discutidas  
60 outorgas haverá sempre um representante da AGPV; Tânia Regina Dias da Silva informa que as  
61 outorgas emitidas pela ANA não passam pela consulta do comitê. Retomando a palavra a  
62 Coordenadora da CTC, Maria Socorro Mendes (DNOCS) informa que a reunião da CTC que estava  
63 prevista para a segunda quinzena de setembro foi antecipada para data mais conveniente para a  
64 AGPV; informação que foi corroborada por Jaqueline E. Fonseca (AGPV) que informou sobre conflito  
65 de reuniões, inclusive da Câmara Técnica Institucional e Legal do Comitê da bacia Hidrográfica do rio  
66 São Francisco (CTIL/CBHSF) de que esta Coordenadora é também membro, daí disse: houve  
67 necessidade de compatibilizar conveniência e prazo regimental; em contraponto a representante da  
68 ANA, Tânia Dias, solicita que a CTC observe o cumprimento das datas e horários das reuniões  
69 previamente marcadas, a fim de possibilitar a participação dos membros e evitar conflitos  
70 posteriores, tanto que solicita seja a data da próxima reunião registrada em ATA; a Coordenadora  
71 Maria Socorro fala sobre a possibilidade da flexibilização de datas de reuniões em face da  
72 impossibilidade de alguns membros participarem por conta de compromissos profissionais; Tânia  
73 Dias discorda enfatizando a necessidade de planejamento cuidadoso das reuniões ressaltando que,  
74 assim, fica mais fácil para os membros colocarem nas suas agendas e se programarem; todavia,  
75 apesar da reunião ter sido antecipada, exalta o fato da CTC estar, na sua quase totalidade, presente  
76 nesta reunião. Retomando a fala a Coordenadora Maria Socorro Mendes pergunta se mais algum  
77 membro tem contribuição (ões) a fazer sobre a ATA; não havendo nada mais a acrescentar a ATA da  
78 reunião anterior foi aprovada. Na sequência, Jaqueline E. Fonseca, representante da Agência Peixe  
79 Vivo, inicia apresentação sobre o Plano de Aplicação Plurianual (**PAP**) da Bacia Hidrográfica do Rio  
80 Verde Grande enfatizando a necessidade de os membros entenderem o que é o PAP e a sua  
81 importância, já que é o documento norteador de toda aplicação dos recursos arrecadados na bacia,  
82 tanto que qualquer contratação requer uma rubrica específica no PAP, daí a necessidade da Agência  
83 apresentar uma sugestão de PAP (como é o caso) para discussão e posterior aprovação pelo Plenário,  
84 em conformidade com o Regimento Interno do Comitê; menciona também que a Lei das Águas  
85 (9.433/97) prevê que a efetivação da cobrança pelo uso da água em uma bacia pressupõe a existência  
86 de uma Agência de Bacia ou entidade delegatária já que Comitê de Bacia não tem personalidade  
87 jurídica; ressalta que os recursos arrecadados devem ser aplicados prioritariamente na bacia onde

88 são gerados e, que, deste, o percentual de 7,5% poderá ser aplicado para custeio da Agência do  
89 Comitê, enquanto os 92,5% restantes deverão ser aplicado em projetos, programas, obras e estudos  
90 que contribuam para melhoria da qualidade e quantidade da água na bacia geradora; informa ainda  
91 que a cobrança na bacia começou no mês de abril de 2017, apesar de os boletos terem sido emitidos  
92 somente a partir do mês março de 2018; explica que embora a Agência Peixe Vivo seja uma empresa  
93 privada sem fins lucrativos, está adstrita às leis que regem a administração pública. Tânia Dias (ANA)  
94 informa que a Agência Peixe Vivo é uma entidade delegatária que desempenha as funções de agência  
95 de bacia (do CBHVG), isso porque a legislação específica para criação de Agência de bacia ainda não  
96 está regulamentada; em complementação à fala de Jaqueline reforça que a cobrança é um recurso  
97 público e, por consequência, recebe toda a fiscalização de como está sendo gasto; Jaqueline E.  
98 Fonseca (AGPV) acresce dizendo que a AGPV passa por auditorias realizadas pela ANA e que tem  
99 respondido bem a elas. A Coordenadora Maria Socorro Mendes (DNOCS) retoma a palavra  
100 informando que existe no CBHVG uma Comissão de Acompanhamento do Contrato de Gestão (CACG)  
101 composta por seis membros cujo coordenador é o Sr. Horácio Cristo Barbosa (Consórcio União Serra  
102 Geral) e que este grupo vai acompanhar o contrato de gestão firmado entre a ANA e a Agência Peixe  
103 Vivo com a interveniência do comitê. Jaqueline Fonseca apresenta uma previsão de arrecadação na  
104 bacia informando que relativo a 2017 o valor cobrado foi R\$ 92.954,86, sendo que apenas 7,5% do  
105 valor é destinado ao custeio da Agência Peixe Vivo (funcionários e despesas administrativas); informa  
106 também que a ANA realizou dois repasses para a Agência Peixe Vivo no mês de agosto no valor de  
107 R\$ 24.000,00. Dirceu Colares Moreira, Presidente do CBHVG, questiona se o recurso para pagar o  
108 secretário sai dos R\$ 85.983,25 e a Jaqueline Fonseca explica que o valor sai do percentual de 7,5%  
109 destinados a custeio da agência; explica ainda que os recursos são insuficientes, daí porque a ANA  
110 fez a previsão de um repasse adicional de outra fonte. Posteriormente o Sr. Rômulo Labate fala sobre  
111 a demora na emissão da outorga de água subterrânea e sugere que a metodologia de solicitação de  
112 outorga seja feita pela internet assim como é feito para outorga de uso insignificante; Wesley Mota  
113 França (IGAM) sugere que saia um documento da CTC oficializando essa sugestão apresentada pelo  
114 Sr. Rômulo Labate para que seja levado, ao conhecimento da diretora geral do IGAM; ele explica  
115 ainda que já existe um processo de inovação do sistema de análise dos processos que estavam em  
116 mãos da SUPRAM, e relata o empenho da equipe atual para agilizar a análise das outorgas; informa  
117 também quanto às inúmeras dificuldades a serem superadas; Dirceu Colares (Presidente CBHVG)  
118 informa que já tem uma reunião agendada com a diretoria do IGAM e o assunto será colocado em  
119 pauta, enfatiza a complicação de final de governo mas, todavia, informa que será expedido ofício  
120 com essas reivindicações. José Valter Alves solicita que na próxima plenária do comitê entre na pauta  
121 a temática outorga e que da discussão com a presença do IGAM e da ANA, saia uma resolução. Logo  
122 após João Damásio Machado retoma a discussão referente às arrecadações sugerindo que seja  
123 pensado em projetos para aplicação destes recursos na bacia do Rio Verde Grande. Jaqueline E.  
124 Fonseca (AGPV) relata que o recurso é escasso e fala que não é possível fazer tantas coisas de uma  
125 só vez e volta a apresentar o detalhamento do PAP. Tânia Dias (ANA) informa que para estruturar o  
126 comitê foi necessário fazer um aporte de recursos porque os valores arrecadados não dariam para  
127 sua estruturação e manutenção; informa também que a cobrança é feita com base nas outorgas; que  
128 a estimativa de arrecadação foi de aproximadamente R\$ 300.000,00, mas que apenas R\$ 92.957,86,  
129 foram efetivamente arrecadados cujo cálculo se dera sobre a vazão medida nas outorgas.  
130 Imediatamente Jaqueline E. Fonseca (ACPV) retoma a apresentação do PAP informando que para  
131 apoiar a implementação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia (VG) a AGBPV e a ANA acertaram o  
132 valor adicional de R\$ 1.500.000,00 (fonte nº 116) que deverá ser aplicado em um plano de trabalho

133 para duas contratações específicas quais sejam: o MOP e o plano de incremento de oferta hídrica;  
134 todavia informa que em havendo “sobra”, os recursos poderão ser aplicados em ações que estejam  
135 previstas no PAP, na forma como prevê o Contrato de Gestão. Horácio Cristo Barbosa questionou o  
136 valor de R\$ 110.000,00 destinado somente para publicidade e propaganda; sugere que os recursos  
137 sejam aplicados em um trabalho de divulgação do CBHVG, com capacitação em municípios através  
138 de oficinas com envolvimento de pessoas estratégicas para dar a conhecer o comitê, sua importância  
139 e ações e, ao mesmo tempo, para discutir a Lei das Águas e alguns outros assuntos pertinentes;  
140 enfatiza a importância de parceria com as universidades ressaltando que apesar do alcance do  
141 projeto sugerido os R\$ 110.000,00 destinados à publicidade não seriam de todo utilizados; em  
142 reforço alguns membros destacam que o valor destinado à publicidade e propaganda é maior que o  
143 valor arrecadado pelo comitê com a cobrança pelo o uso da água,; todavia, não houve decisão sobre  
144 o tema; Joao Damásio Machado Pinto questiona se o Comitê pode, entendendo conveniente,  
145 substituir algum item exposto na planilha do PAP no que Jaqueline (AGBPV) responde positivamente,  
146 porém ressaltando que os itens expostos na Planilha são importantes e é bom que permaneçam;  
147 ressalta que inicialmente estavam previstos R\$ 700.000,00 para contratação do MOP e R\$ 800.000,00  
148 para contratação do plano de implemento de oferta hídrica, mas que o ato convocatório para  
149 contratação do MOP saiu com um valor de R\$ 400.000,00 restando pois um significativo valor residual  
150 que poderão ser usados para execução de outras atividades desde que prevista no PAP; Tânia Dias  
151 (ANA) complementa a fala da Jaqueline E. Fonseca (AGBPV) dizendo que o valor de R\$ 400.000,00  
152 não é destinado somente para elaboração do MOP e sim, também, para atualização do plano de  
153 bacia do rio verde grande; Jaqueline E. Fonseca informa que as rubricas informadas no PAP são  
154 previsões dos gastos dos recursos. A Coordenadora a Maria Socorro Mendes, para melhor  
155 entendimento dos membros participantes, faz leitura das rubricas do PAP quando Flavio Gonçalves  
156 sugere na utilização dos recursos priorize a maximização dos resultados. Joao Damásio Machado  
157 discorre sobre a divergência do volume de água entre um ponto e outro da bacia apesar de entre  
158 estes pontos não há outro outorgado o que o faz sugerir ativa fiscalização no sentido de monitorar  
159 pessoas que estão usando a água sem poder usar, prejudicando assim aqueles estão outorgados.  
160 Retomando a palavra Maria Socorro M. Almeida Carvalho sugere que os membros tenham um olhar  
161 sobre a bacia e elenquem prioridades, para acréscimo na Planilha criteriosamente elaborada e  
162 sugerida pela AGBPV; Joao Damásio Frota Machado Pinto ressalta que os recursos decorrentes da  
163 cobrança pelo uso das águas, bem como os recursos adicionais destinados pela ANA tem que ser  
164 usados prioritariamente na bacia, enfatizando que em ações prioritária decididas pelo comitê e não  
165 pela Agência Peixe Vivo; retomando a palavra Maria Socorro M. Almeida Carvalho sugere que as  
166 prioridades sejam registradas em ATA e, além disso, que o comitê oficie a Agência Peixe Vivo para,  
167 no momento exato, informar ao comitê o valor quantificado desta sobra; informa ainda que todas as  
168 rubricas para aplicação “desta sobra” tem que estar contempladas no PAP. Tânia Dias (ANA), no que  
169 se refere ao contato de gestão, explana sobre as responsabilidades da Agência Peixe Vivo e do  
170 Comitê; Horácio Cristo Barbosa questiona se o recurso disponível que cabe aprovar ou remanejar  
171 valores será somente o relativo à cobrança pelo uso da água; em resposta a Sra. Maria Socorro M.  
172 Almeida Carvalho responde que é todo o valor do comitê inclusive o adicional destinado pela ANA;  
173 concordante e em continuidade o Sr. Horácio Cristo apresenta proposta para aplicação de sobre de  
174 recursos num plano continuado de educação que envolve também mobilização social e comunicação,  
175 enfatizando a possibilidade de utilização de apenas metade dos recursos previstos para publicidade,  
176 mesmo fazendo em cada município da bacia uma oficina com duração de oito horas e “turma” de  
177 trinta pessoas envolvendo conselho de meio ambiente, além de outras entidades e pessoas afetas à

178 questão ambiental e hídrica e nesta oficina mostrar o que é Comitê de Bacia, o CBH Verde Grande ,  
179 sua importância e ações, abordar a Lei 9.433/97, a bacia hidrográfica, os planos de recursos hídricos  
180 e o Plano da Bacia (RVG); ressalta que conseguiria mobilizar cerca de 1.650 pessoas nos trinta e cinco  
181 municípios da bacia; reforça que gastaria com este projeto aproximadamente R\$ 50.000,00, os quais  
182 custeariam também almoço e deslocamento da equipe que for fazer o trabalho, o restante entraria  
183 na cota de parceria com as prefeituras; ressalta ainda que essas oficinas serviriam também para  
184 divulgação do CBHVG e seu site. Retomando a palavra Maria Socorro Mendes volta a fazer leitura  
185 detalhada do PAP para conhecimento dos outros membros; Paulo Bina fala sobre as tentativas de se  
186 fazer barramentos com a ANA e a BARRAGEM DE CONGONHAS com o DNOCS ; fala também sobre a  
187 transposição do projeto Jaíba que tem mais chance de acontecer, porque é o projeto que não tem  
188 impacto, pois a transposição seria apenas um tubo enterrado ao lado do asfalto de Jaíba até Janaúba  
189 e perenizaria 100km de extensão, sendo totalmente sem impacto, totalmente controlado, cuja  
190 cobrança, com hidrômetro e de fácil parceria público-privado. Logo após Maria Socorro M. Almeida  
191 Carvalho volta a fazer a leitura do PAP quando a Jaqueline E. Fonseca indaga aos membros da CTC se  
192 alguém quer acrescentar alguma rubrica na Planilha já consolidada; na ausência de outras  
193 contribuições Dirceu Colares A. Moreira informa que a ANA solicitou que a próxima reunião (plenária)  
194 seja feita na cidade de Jaíba quando serão apresentados e discutidos os resultados dos  
195 estudos/testes com corante realizado, a pedido do CBHVG, no sumidouro existentes no rio, no  
196 Município de Jaíba; a Sra. Tânia Dias, em colaboração, informa que a equipe da Superintendência de  
197 Regulação/ANA, pediu para apresentar o resultado destes estudos para a plenária do comitê e, de  
198 preferência, que a mesma seja realizada na cidade de Jaíba/MG, porque é a região do sumidouro e  
199 de realização dos testes. Na sequência Jaqueline E. Fonseca (AGBPV) fez um apanhado geral sobre o  
200 conteúdo exposto. Retomando a palavra a Coordenadora Maria Socorro M. Almeida Carvalho  
201 informa que sustentada em consulta prévia aos membros ficou acordado que a próxima reunião  
202 plenária será realizada na cidade de Jaíba/MG, no dia 08/11/2018 durante todo o dia; finalizando,  
203 indaga se alguém tem algum encaminhamento a ser registrado; como não houve manifestação e não  
204 tendo mais nada a tratar, a secretária executiva do comitê Maria Socorro M. Almeida Carvalho,  
205 Coordenadora da CTC, deu por encerrada a reunião.

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

**Dirceu Colares A. Moreira**  
Presidente / CBH Verde Grande

**Maria Socorro M. Almeida Carvalho – DNOCS**  
Secretaria Executiva / CBH Verde Grande

ATA DE REUNIÃO APROVADA EM 02/07/2019